

Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A.

Demonstrações Financeiras Referentes ao período de 21 de maio de 2021 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

KPDS 1010840

Conteúdo

Relatório da administração	2
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balanço patrimonial	11
Demonstração do resultado	12
Demonstração do resultado abrangente	13
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	14
Demonstração do fluxo de caixa – Método indireto	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

Relatório de Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Neste período, a Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A. (“ViaMobilidade Linhas 8 e 9” ou “Companhia”) continuou enfatizando a implementação do seu modelo de gestão operacional, focando em boas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, como sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco no cliente, objetivando a melhoria contínua da segurança, da orientação, do conforto, da mobilidade e da fluidez da sua linha de trem.

1.2 Apresentação

A Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A., com sede em São Paulo, Município de Osasco, tem como objeto principal a prestação dos serviços de operação, manutenção e conservação, modernização e ampliação das instalações existentes, e aquisição de material rodante, propiciando melhorias de desempenho e de qualidade aos serviços prestados de transporte público de passageiros das Linhas 8 – Diamante e Linha 9 – Esmeralda.

1.3 Contrato de Concessão

A Companhia foi constituída em 21 de maio de 2021 e assinou o contrato de Concessão em 30 de junho de 2021.

A ON Trilhos – Administração e Participações S.A. (“ON Trilhos”), subsidiária integral, foi constituída em 22 de dezembro de 2021, com o objetivo de explorar as receitas comerciais da Companhia.

A concessão tem prazo de 30 anos, contados a partir da data da emissão de Ordem de Início da Operação Comercial das Linhas: 8 – Diamante e 9 - Esmeralda, que ocorreu em 27 de janeiro de 2022.

Fase Pré-Operacional:

Iniciou-se a partir da assinatura do Contrato (30 de junho de 2021) e teve duração de 210 dias, com o objetivo de capacitar a Companhia para a assunção do Serviço Concedido e lhe transferir a Infraestrutura existente.

A Fase Pré-Operacional foi dividida nas seguintes etapas:

- **1º ao 60º dia:** capacitação dos multiplicadores, desenvolvimento de sistema de gestão e de manutenção, entrega dos projetos, manuais e documentação técnica, constituição do ¹Comitê de Convivência;

¹ Grupo composto por representantes da CMCP, da CPTM e da CONCESSIONÁRIA, responsável por tratar as interfaces inerentes à operação do SISTEMA METROFERROVIÁRIO, decorrentes da interação entre os diferentes operadores públicos e privados, compreendendo a definição de solução procedimental para questões técnicas e de aspectos técnico operacionais

- **61° ao 150° dia:** capacitação dos colaboradores da Companhia pelos multiplicadores, desenvolvimento e entrega dos planos de operação, manutenção e seguros, avaliação do inventário;
- **151° ao 210° dia:** operação e manutenção do trecho operacional, recebimento final do inventário dos bens disponibilizados à Companhia, implantação do modelo estratégico e do plano operacional e de manutenção.

Durante esse período não houve remuneração de tarifa.

Neste contrato estão previstos os seguintes investimentos obrigatórios por parte da Companhia:

- Reforma ou ampliação de 36 estações (Atendimento Normas de Acessibilidade, NRs, AVCB);
- Construção da estação Ambuitá;
- Readequação do Pátio Presidente Altino;
- Construção de 3 novas instalações para a CPTM;
- Aquisição 36 trens novos (288 carros) - Primeiro trem disponível no 18º mês após assinatura do Contrato de Concessão;
- Aquisição de veículos auxiliares e equipamentos de manutenção;
- Infraestrutura de circulação (Via Permanente/Rede Aérea em Osasco, Energia, Telecom e Sinalização);
- Erradicação de quase todas as passagens em nível.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

Em R\$ Mil	2021
Receita Operacional Bruta (incluída a Receita de Construção)	16.261
(+) Receita de Construção	16.261
Custos e Despesas (a)	-30.392
- Serviços de Terceiros	-3.088
- Custo com Pessoal	-11.001
- Custo de Construção	-16.261
- Outros Custos e Resultados Operacionais	-42
EBIT ajustado	-14.131
Margem EBIT ajustada (b)	0,0%
EBIT (c)	-14.131
Margem EBIT	86,90%
EBITDA (b)	-14.131
Margem EBITDA	86,90%
EBITDA ajustado	-14.131
Margem EBITDA ajustada (f)	0,0%
Resultado Financeiro Líquido	-60.663
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	-74.794
Imposto de Renda e Contribuição Social	25.280
Prejuízo líquido do período	-49.514

Receita Operacional Bruta: A Operação iniciou-se em janeiro de 2022, durante a fase Pré-operacional não houve apuração de receita dos usuários, sendo o grupo composto substancialmente com a receita de construção.

Custos e Despesas: Durante o período Pré-operacional os custos de operação foram capitalizados, sendo contabilizados apenas os custos administrativos necessários para o início da operação.

Resultado Financeiro Líquido: Em junho de 2021 foi realizada captação de Empréstimo Ponte no montante de R\$ 1.600.000, para pagamento da Outorga e Investimentos iniciais.

Imposto de Renda e Contribuição Social: Não houve apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social devido ao Resultado Negativo, durante a fase Pré-Operacional.

Investimentos: Em 2021, a Companhia realizou investimentos necessários para iniciar a operação.

3. Estratégia e Gestão

3.1 Governança Corporativa

A Companhia possui estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A composição da alta gestão busca valorizar o equilíbrio e a igualdade de oportunidades durante os processos de tomada de decisão. Por isso, todos os acionistas controladores têm participação efetiva no Conselho de Administração, aprovando medidas de forma coletiva.

3.2 Gestão de Pessoas

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável.

A Companhia desenvolveu 26 novas Soluções de Aprendizagem e aplicou 63 temas na totalidade, atingindo 2122 colaboradores durante o ano de 2021.

3.3 Sustentabilidade

A sustentabilidade subsidiada pelos pilares ESG é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é fortalecida por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar e mitigar os riscos, potencializar as oportunidades a fim de ampliar os impactos positivos nos vieses ambientais, sociais e econômicos em nossas operações.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para que a sustentabilidade ocorra de forma transversal em todo o Grupo CCR, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessora o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os stakeholders e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade do Grupo CCR é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Gente e ESG e do Conselho de Administração

da CCR. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento socioambiental.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR:

- Código de Ética
- Política do Meio Ambiente
- Política de Mudanças Climáticas
- Política de Responsabilidade Social
- Política de Gerenciamento de Riscos
- Política da Empresa Limpa

Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse seção de Governança através do endereço abaixo:

www.ccr.com.br/ri

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual e de Sustentabilidade (RAS) de forma integrada, adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Para ler edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>

3.4 Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 Princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.
- *Carbon Disclosure Program* (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- *Global Reporting Initiative* (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.

3.5 Instituto CCR

O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 é responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, proporcionando transformação com apoio a projetos via leis de incentivo,

campanhas institucionais e programas proprietários. O foco do Instituto CCR é a inclusão social por meio de iniciativas de geração de renda, saúde, educação, cultura e esporte. Saiba mais em <http://www.institutoccr.com.br>.

4. Considerações Finais

4.1 Agradecimentos

A Companhia agradece a todos os nossos usuários, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo do Estado de São Paulo, aos fornecedores, instituições financeiras e seguradoras pela parceria desenvolvida.

Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

4.2 Auditores Independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com as práticas adotadas no Brasil, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

São Paulo, 01 de abril de 2022.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São
Paulo S.A.**
Osasco – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 21 de maio de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021,, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 21 de maio de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão

Veja as Notas 2 (f), 2 (m) e 10 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 371.187 mil referente a infraestrutura em construção realizada na estação sob concessão.</p> <p>Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional.</p> <p>A administração da Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, conseqüentemente, são reconhecidos como ativos.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e o julgamento realizado pela administração para aplicação dessa política contábil que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados com a capitalização dos custos com a construção e melhoria da infraestrutura.- Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos.- Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização.- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de abril de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP-252905/O-2

Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A.

Balço Patrimonial
em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	2021		Nota	2021
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6	238.343	Fornecedores		6.906
Contas a receber - partes relacionadas	8	1.219	Fornecedores - partes relacionadas	8	19.517
Tributos a recuperar		2.194	Impostos e contribuições a recolher		289
Despesas antecipadas		532	Obrigações sociais e trabalhistas	12	26.095
Adiantamento a fornecedores		178	Outras contas a pagar		<u>1</u>
Estoques (materiais sobressalentes)		5.158	Total do passivo circulante		<u>52.808</u>
Outros créditos		<u>72</u>			
Total do ativo circulante		<u>247.696</u>			
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Debêntures	11	1.657.748
Impostos diferidos	7b	25.280	Fornecedores		3
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	<u>1</u>	Obrigações sociais e trabalhistas	12	<u>198</u>
		<u>25.281</u>	Total do passivo não circulante		<u>1.657.949</u>
Imobilizado	9	13.580			
Intangível	10	1.087.006	Patrimônio líquido		
Infraestrutura em construção	10	<u>353.690</u>	Capital social	13a	66.010
Total do ativo não circulante		<u>1.479.557</u>	Prejuízo acumulado		<u>(49.514)</u>
Total do ativo		<u>1.727.253</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.727.253</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A.

Demonstração do resultado

no período entre 21 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2021</u>
Receita operacional	14	16.261
Custos dos serviços prestados		
Custo de construção		(16.261)
Serviços		(678)
Custo com pessoal		(5.388)
Materiais, equipamentos e veículos		(5.255)
Operação assistida		6.070
Outros		(261)
		<u>(21.773)</u>
Prejuízo bruto		<u>(5.512)</u>
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas		
Serviços		(2.410)
Despesas com pessoal		(5.613)
Materiais, equipamentos e veículos		(482)
Outros		(180)
		<u>(8.685)</u>
Outros resultados operacionais		66
Resultado antes do resultado financeiro		(14.131)
Resultado financeiro	15	<u>(60.663)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(74.794)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		<u>25.280</u>
Prejuízo líquido do período		<u><u>(49.514)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A.

Demonstração do resultado abrangente

no período entre 21 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>
Prejuízo líquido do período	(49.514)
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente do período	<u><u>(49.514)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

no período entre 21 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital social		Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar		
Constituição com integralização de capital em 21 de maio de 2021	10	-	-	10
Aumento de capital social em 14 de junho de 2021	319.990	(319.990)	-	-
Integralização de capital social em 18 de junho de 2021	-	52.800	-	52.800
Integralização de capital social em 21 de junho de 2021	-	13.200	-	13.200
Prejuízo líquido do período	-	-	(49.514)	(49.514)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	320.000	(253.990)	(49.514)	16.496

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A.

Demonstração do fluxo de caixa – Método indireto

no período entre 21 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do período	(49.514)
Ajustes por:	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(25.280)
Juros sobre debêntures	66.454
Capitalização de custos de debêntures	(10.804)
	<u>(19.144)</u>
Variação nos ativos e passivos	
(Aumento) redução dos ativos	
Contas a receber - partes relacionadas	(1.219)
Tributos a recuperar	(2.194)
Adiantamento a fornecedores	(178)
Despesas antecipadas e outros	(604)
Estoques (materiais sobressalentes)	(5.158)
Aumento (redução) dos passivos	
Fornecedores	6.910
Fornecedores - partes relacionadas	19.516
Obrigações sociais e trabalhistas	26.293
Impostos e contribuições a recolher	289
Outras contas a pagar	1
	<u>24.512</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>24.512</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Aquisição de ativo imobilizado	(13.300)
Adição de ativo intangível	(1.430.172)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(1)
	<u>(1.443.473)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(1.443.473)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Debêntures	
Captações	1.591.294
Integralização de capital social	66.010
	<u>1.657.304</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>1.657.304</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>238.343</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa	
No início do período	-
No final do período	238.343
	<u>238.343</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO PERÍODO DE 21 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

1. Contexto operacional

A Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A. (“Companhia” ou “Concessionária”), com sede na Rua General Manoel de Azambuja Brilhante, nº 55, São Paulo, Município de Osasco, tem como objeto principal a prestação dos serviços de operação, manutenção e conservação, modernização e ampliação das instalações existentes, e aquisição de material rodante, propiciando melhorias de desempenho e de qualidade aos serviços prestados de transporte público de passageiros das Linhas 8 – Diamante e Linha 9 – Esmeralda.

A Companhia foi constituída em 21 de maio de 2021 e assinou o contrato de Concessão em 30 de junho de 2021.

A concessão tem prazo de 30 anos, contados a partir da data da emissão de Ordem de Início da Operação Comercial das Linhas: 8 – Diamante e 9 - Esmeralda, que ocorreu em 27 de janeiro de 2022.

A ON Trilhos – Administração e Participações S.A. (“ON Trilhos”), subsidiária integral, foi constituída em 22 de dezembro de 2021, com o objetivo de explorar as receitas comerciais da Companhia.

Fase Pré-Operacional:

Iniciou-se a partir da assinatura do Contrato (30 de junho de 2021) e teve duração de 210 dias, com o objetivo de capacitar a Concessionária para a assunção do Serviço Concedido e lhe transferir a Infraestrutura existente.

A Fase Pré-Operacional foi dividida nas seguintes etapas:

- **1º ao 60º dia:** capacitação dos multiplicadores, desenvolvimento de sistema de gestão e de manutenção, entrega dos projetos, manuais e documentação técnica, constituição do Comitê de Convivência (Grupo composto por representantes da CMCP, da CPTM e da Concessionária, responsável por tratar as interfaces inerentes à operação do Sistema Metroviário, decorrentes da interação entre os diferentes operadores públicos e privados, compreendendo a definição de solução procedimental para questões técnicas e de aspectos técnico operacionais);
- **61º ao 150º dia:** capacitação dos colaboradores da Concessionária pelos multiplicadores, desenvolvimento e entrega dos planos de operação, manutenção e seguros, avaliação do inventário;
- **151º ao 210º dia:** operação e manutenção do trecho operacional, recebimento final do inventário dos bens disponibilizados à Concessionária, implantação do modelo estratégico e do plano operacional e de manutenção.

Durante esse período não houve remuneração de tarifa.

Neste contrato estão previstos os seguintes investimentos obrigatórios por parte da Concessionária:

- Reforma ou ampliação de 36 estações (Atendimento Normas de Acessibilidade, NRs, AVCB);
- Construção da estação Ambuitá;
- Readequação do Pátio Presidente Altino;
- Construção de 3 novas instalações para a CPTM;

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO PERÍODO DE 21 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

- Aquisição de 36 trens novos (288 carros) - Primeiro trem disponível no 18º mês após assinatura do Contrato de Concessão;
- Aquisição de veículos auxiliares e equipamentos de manutenção;
- Infraestrutura de circulação (Via Permanente/Rede Aérea em Osasco, Energia, Telecom e Sinalização);
- Erradicação de quase todas as passagens em nível.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente no período apresentado nas demonstrações financeiras.

a) Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

b) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO PERÍODO DE 21 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO PERÍODO DE 21 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO PERÍODO DE 21 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO PERÍODO DE 21 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

d) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

e) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

f) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item “m”

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO PERÍODO DE 21 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

g) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia;
ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO PERÍODO DE 21 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários, do projeto de infraestrutura detido aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrio contratual.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

i) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre debentures.

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO PERÍODO DE 21 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Custos de debêntures que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

j) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO PERÍODO DE 21 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

l) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da OCPC 05 - Contratos de concessão, é adotada a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público pago ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 10).

m) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO PERÍODO DE 21 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão metroviária, tendo sido adotada a curva estimada de passageiros como base para a amortização.

n) Novas normas ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2021.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06);
- Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27;
- Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15;
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26;
- Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23; e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32).

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO PERÍODO DE 21 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Em 01 de abril de 2022, foi aprovado pelo Conselho da Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2n Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1)
- 7b Impostos diferidos
- 10 Intangível e infraestrutura em construção
- 16 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO PERÍODO DE 21 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos as debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamento a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6 e 16.

c) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO PERÍODO DE 21 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros derivativos e não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>
Debêntures (a)	-	1.940.076
Fornecedores e outras contas a pagar	17.642	-
Fornecedores - partes relacionadas	8.785	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>
Caixa e bancos	35
Aplicações financeiras	
CDB	<u>238.308</u>
	<u>238.343</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 102,46% do CDI, equivalente a 4,50% a.a., em 31 de dezembro de 2021.

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO PERÍODO DE 21 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

7. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2021</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(74.794)
Alíquota nominal	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	25.430
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes	
Despesas indedutíveis	(23)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(126)
Outros ajustes tributários	<u>(1)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>25.280</u>
Impostos diferidos	<u>25.280</u>
	<u>25.280</u>
Alíquota efetiva do imposto	<u>33,80%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e da contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2021</u>			
	<u>Reconhecido no resultado de 11/06/2021 a 31/12/2021</u>	<u>Valor Líquido</u>	<u>Ativo fiscal diferido</u>	<u>Passivo fiscal diferido</u>
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	26.516	26.516	26.516	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.052	2.052	2.052	-
Despesas pré operacionais	2.543	2.543	2.543	-
Amortização do custo de transação	(2.240)	(2.240)	-	(2.240)
Custos de debêntures capitalizados	(3.673)	(3.673)	-	(3.673)
Outros	82	82	82	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	<u>25.280</u>	<u>25.280</u>	<u>31.193</u>	<u>(5.913)</u>
Compensação de imposto	-	-	(5.913)	5.913
Imposto líquido ativos (passivos)	<u>25.280</u>	<u>25.280</u>	<u>25.280</u>	<u>-</u>

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO PERÍODO DE 21 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

2022	7.287
de 2025 em diante	19.229
	<u>26.516</u>

8. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021, assim como as transações que influenciaram o resultado do período de 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações		Saldos		
	2021		2021		
	Despesas/custos com serviços prestados	Imobilizado	Ativo		Passivo
Contas a receber			AFAC	Fornecedores	
Controladora					
CCR	8.586 (d)	869 (a)	3 (b)	-	8.603 (b)(d)
Outras partes relacionadas					
RuasInvest	2.146 (d)	-	-	-	2.146 (d)
NovaDutra	-	-	7 (b)	-	6 (b)
RDN	-	-	82 (b)	-	14 (b)
ViaOeste	-	-	32 (b)	-	13 (b)
ViaQuatro	-	-	613 (b)	-	830 (b)
Rodoanel Oeste	-	-	15 (b)	-	23 (b)
Barcas	-	-	-	-	3 (b)
Metrô Bahia	-	-	-	-	38 (b)
ViaMobilidade	-	-	467 (b)	-	7.840 (b)
Five Trilhos	-	-	-	-	1 (b)
On Trilhos	-	-	-	1 (c)	-
Total	<u>10.732</u>	<u>869</u>	<u>1.219</u>	<u>1</u>	<u>19.517</u>

Despesas com profissionais chaves da administração

	<u>2021</u>
Remuneração (e)	
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	433
Outros benefícios:	
Provisão para remuneração variável	
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	252
Previdência privada	20
Seguro de vida	1
	<u>706</u>

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO PERÍODO DE 21 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>2021</u>
Remuneração dos administradores (e)	<u>331</u>

- (a) Refere-se aos pagamentos de condições precedentes à assinatura do Contrato de Concessão (PMI);
- (b) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento;
- (c) Refere-se à adiantamento para futuro aumento de capital para a constituição da Companhia On Trilhos;
- (d) Em dezembro de 2021, foi firmado contrato de contragarantia entre as acionistas e a Companhia, por meio do qual as acionistas passam a ser remuneradas pela prestação de garantia em emissão de dívida da Companhia. A taxa de remuneração é de 1,1% a.a.;
- (e) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

9. Ativo Imobilizado

	<u>2021</u>	
	<u>Adições</u>	<u>Saldo final</u>
Valor de custo		
Imobilizações em andamento	<u>13.580</u>	<u>13.580</u>
Total custo	<u>13.580</u>	<u>13.580</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de debêntures no montante de R\$ 280 em 31 de dezembro 2021. A taxa média de capitalização em 2021 foi de 3,40% a.a. (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures).

10. Intangível e infraestrutura em construção

	<u>2021</u>		
	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Valor de custo			
Direitos de exploração da infraestrutura	72.541	17.497	90.038
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	1.582	-	1.582
Direitos da concessão	<u>995.386</u> (b)	<u>-</u>	<u>995.386</u>
Total do custo	<u>1.069.509</u>	<u>17.497</u>	<u>1.087.006</u>
Infraestrutura em construção (a)	<u>371.187</u>	<u>(17.497)</u>	<u>353.690</u>

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO PERÍODO DE 21 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

(a) As principais infraestruturas em construção são as obras de requalificação e adequação da infraestrutura de integração da Estação de Santo Amaro;

(b) Refere-se a outorga paga como condição precedente para a assinatura do contrato de concessão.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de debêntures no montante de R\$ 10.524 em 31 de dezembro de 2021. A taxa média de capitalização, em 2021 foi 3,40% a.a. (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures).

11. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Vencimento final	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2021
1. 1ª Emissão - Série única	CDI + 1,70% a.a.	Junho de 2023	1,9778% (a)	7.652	6.589	1.657.748 (b)
Total geral						<u>1.657.748</u>
Não Circulante						
Debêntures						1.664.337
Custos de transação						<u>(6.589)</u>
						<u>1.657.748</u>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantias:

(b) Fiança corporativa da CCR S.A. em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2021
2023	1.664.337
(-) Custo de transação	<u>(6.589)</u>
	<u>1.657.748</u>

A Companhia possui debêntures com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas.

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- Em 24 de junho de 2021, foi realizada a 1ª emissão de debêntures normativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, com valor nominal de R\$ 1.600.000.

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO PERÍODO DE 21 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

As debentures são remuneradas pelo CDI + 1,70% a.a. Os juros e principal serão pagos no vencimento, em 24 de junho de 2023.

Essa emissão não possui índices financeiros a serem cumpridos, e conta com fiança corporativa dos acionistas, CCR S.A. e Ruasinvest S.A., na proporção de suas participações, ou seja, 80% da CCR e 20% Ruasinvest.

Há previsão de resgate antecipado facultativo, a qualquer momento, sem incidência de prêmio.

12. Obrigações sociais e trabalhistas

	2021
Circulante	
Salários e remunerações a pagar	5.729
Benefícios, gratificações e participações a pagar	6.548
Encargos sociais e previdenciários	4.674
Provisão para férias e 13º salário	9.144
	<u>26.095</u>
Não circulante	
Gratificações e participações a pagar	198
	<u>198</u>

13. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 21 de maio de 2021, ocorreu a constituição da Companhia com capital social, no montante de R\$ 10 mediante a emissão de 10.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas.

Em 14 de junho de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 319.990, mediante a emissão de 319.990.000 de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 52.800 integralizadas em 18 de junho de 2021 e R\$ 13.200 em 21 de junho de 2021. Restando o saldo de R\$ 253.990 a serem integralizadas até o dia 31 de agosto de 2024, passando o capital social da Companhia a ser de R\$ 320.000.

	2021		
	Participação acionária	Quantidade de ações	Ações a integralizar
CCR S.A.	80,00%	256.000.000	203.192.000
Ruasinvest Participações S.A.	20,00%	64.000.000	50.798.000
	<u>100,00%</u>	<u>320.000.000</u>	<u>253.990.000</u>

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO PERÍODO DE 21 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

14. Receitas operacionais

	<u>2021</u>
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	16.261
Receita bruta	<u>16.261</u>
Receita operacional	<u><u>16.261</u></u>

15. Resultado financeiro

	<u>2021</u>
Despesas financeiras	
Juros sobre debêntures	(66.454)
Comissão de fianças	(3.870)
Comissão de fianças - partes relacionadas	(10.732)
Taxa e outras despesas financeiras	(488)
Capitalização de custos de debêntures	10.804
	<u>(70.740)</u>
Receitas financeiras	
Rendimento sobre aplicações financeiras	10.077
	<u>10.077</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>(60.663)</u></u>

16. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora da Companhia CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO PERÍODO DE 21 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Instrumentos financeiros por categoria

	2021		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos			
Caixa e bancos	35	-	-
Aplicações financeiras	238.308	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	1.219	-
Passivos			
Debêntures (a)	-	-	(1.657.748)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(6.910)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(19.517)
	<u>238.343</u>	<u>1.219</u>	<u>(1.684.175)</u>

(a) Os valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos, aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar e fornecedores - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2021	
	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	1.664.337	1.704.542

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, a seguir:

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO PERÍODO DE 21 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir

	<u>2021</u>
Nível 2:	
Aplicações financeiras	238.308

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (3)(4)	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 1ª emissão	CDI ⁽²⁾	Junho de 2023	1.664.337	(182.404)	(220.952)	(259.496)
Aplicação financeira (CDB) ⁽⁵⁾	CDI ⁽²⁾		238.308	10.870	13.517	16.138
Efeito líquido				<u>(171.534)</u>	<u>(207.435)</u>	<u>(243.358)</u>
Efeito sobre as debêntures				(182.404)	(220.952)	(259.496)
Efeito sobre as aplicações financeiras				10.870	13.517	16.138
Total do efeito de ganho / (perda)				<u>(171.534)</u>	<u>(207.435)</u>	<u>(243.358)</u>

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	9,15%	11,43%	13,72%
--------------------	-------	--------	--------

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO PERÍODO DE 21 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

- (1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pela B3;
(3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2021, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores;
(4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI);
(5) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixadas.

17. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizadas durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário da Companhia:

	<u>2021</u>
Compromisso de investimento	3.595.894

Os valores acima não incluem eventuais investimento contingentes e de nível de serviço.

18. Demonstração dos fluxos de caixa

a. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Debêntures</u>	<u>Capital social</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	-	-	-
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Captações (líquidas dos custos de transação)	(1.591.294)	-	(1.591.294)
Capital social integralizado	-	(66.010)	(66.010)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(1.591.294)	(66.010)	(1.657.304)
Outras variações			
Despesas com juros, variação monetária	(66.454)	-	(66.454)
Total das outras variações	(66.454)	-	(66.454)
Saldo Final	<u>(1.657.748)</u>	<u>(66.010)</u>	<u>(1.723.758)</u>

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS
METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE
AO PERÍODO DE 21 DE MAIO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Composição do Conselho de Administração

Márcio Magalhães Hannas	Presidente
Luciano José Porto Fernandes	Conselheiro
Roberto Vollmer Labarthe	Conselheiro
Gustavo Marques do Canto Lopes	Conselheiro
Sérgio Luiz Pereira de Macedo	Conselheiro

Composição da Diretoria

Francisco Pierrini	Diretor Presidente
Fernando Luiz Nunes	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integralidade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil.

Data de emissão do Protocolo: 05/04/2022

Dados do Documento

Tipo de Documento Atestado/declaração Técnico
Referência Relatório Linhas 8 e 9 4T2021
Situação Vigente / Ativo
Data da Criação 05/04/2022
Validade 05/04/2022 até Indeterminado
Hash Code do Documento BB13F8721437BAC010BCBB20F2ADECA75A836003513F4E1B89D4DDC42118B087

Assinaturas / Aprovações / Aceites

Papel (parte)	Aprovador
Relacionamento	02.846.056/0003-59 - CCR GBS
Representante	CPF
MARIANE REGINA DE LIMA	324.261.488-70
Ação:	Aprovado em 05/04/2022 13:08:19
Info. Navegador:	IP: 10.102.209.174

Papel (parte)	Contador
Relacionamento	02.846.056/0003-59 - CCR GBS
Representante	CPF
FABIA DA VERA CRUZ CAMPOS STANCATTI	178.928.778-27
Ação:	Assinado em 05/04/2022 13:46:56 com o certificado ICP-Brasil Serial - 699866C34508B2E3
Info. Navegador:	IP: 10.102.193.238



Toda assinatura contida neste documento possui carimbo de tempo baseado na Hora Legal Brasileira, emitido pela autoridade de Carimbo de Tempo Qualisign, ACT homologada pelo observatório nacional - ON/MCTI

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento podem ser verificadas através do endereço eletrônico <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **BZ3Y2-MOFEB-FQF1S-U9H5L**



Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.